



**RATIO - FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA**  
**CURSO DE PSICOLOGIA**

JANAINA KÉSSIA FÉLIX SOARES

**INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NO CONTEXTO ESCOLAR**

FORTALEZA

2019



## **INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NO CONTEXTO ESCOLAR**

Monografia submetida à aprovação do Curso de PSICOLOGIA, pela Ratio - Faculdade Teológica e Filosófica, como requisito parcial para obtenção do título de BACHAREL EM PSICOLOGIA.

Orientador(A): Profª. Esp. Júlia Evangelista  
Mota Shioga.

FORTALEZA

2019

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, a Deus que me deu força e sabedoria para superar as dificuldades e chegar até aqui.

A minha família, que sempre apoiaram meu percurso acadêmico em especial minha mãe e minha avó.

A todos os professores que passaram em nossa turma por cada aprendizado que foi repassado.

A todos os meus colegas de turma que sempre estavam buscando melhorias para a turma.

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

### **INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NO CONTEXTO ESCOLAR**

**Por**

**JANAINA KÉSSIA FÉLIX SOARES**

Aprovada em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Esta Monografia foi apresentada como requisito para obtenção do título de Bacharel em PSICOLOGIA, Outorgado pela Ratio – Faculdade Teológica e Filosófica, tendo sido aprovado pela Banca Examinadora composta pelos professores:

#### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Especialista. Júlia Evangelista Mota Shioga  
(Orientadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Lucili Grangeiro Cortez  
(Convidada)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Virzângela Paula Sandy Mendes  
(Convidada)

## RESUMO

Este trabalho investigou de que maneira pode acontecer a inclusão de crianças autistas no contexto escolar no sistema regular de ensino. Possibilitou observar os obstáculos da inclusão escolar que ainda são muitos nos dias de hoje, e fomentou a discussão da contribuição do psicólogo nesse processo. Como metodologia, foi utilizada a pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, recorrendo-se a vários autores que foram essenciais para a elaboração do trabalho e de matérias disponíveis sobre a Educação Especial e o Autismo. Através da pesquisa foi possível perceber a importância da inclusão escolar das crianças autistas para a sua interação social, e de como se faz necessário um acompanhamento psicológico no fortalecimento desse processo.

**Palavra-Chave:** Autismo; Inclusão Escolar; Educação Inclusiva.

## **ABSTRACT**

This work investigated how the inclusion of autistic children in the school context can happen in the regular education system. It made it possible to observe the obstacles to school inclusion that are still many today, and encouraged the discourse of the psychologist's contribution to this process. As a methodology, the qualitative bibliographic research was used, using several authors who were essential for the elaboration of the work and available materials on Special Education and Autism. Through the research it was possible to realize the importance of school inclusion of autistic children for their social interaction, and how it is necessary a psychological accompaniment in the strengthening of this process.

**Keywords:** Autism; School inclusion; Inclusive education.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>07</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>10</b>
<b>3</b>	<b>DISCURSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>12</b>
	<b>3.1</b> Compreensão do transtorno espectro autista e suas formatações históricas....	<b>17</b>
	<b>3.2</b> As contribuições do psicólogo na inclusão de crianças autista no contexto escolar na perspectiva da terapia cognitiva comportamental.....	<b>23</b>
<b>4</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>28</b>
<b>5</b>	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>29</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Quando falamos de uma sociedade inclusiva, vem no pensamento uma sociedade que respeita a cultura diferente e a diversidade humana e fortalece a aceitação das diferenças individuais. É dentro dessa sociedade inclusiva que devemos aprender a conviver, contribuir e produzir juntos um universo de possibilidades reais (não que seja obrigatoriamente igual) para todos. Isso nos diz que na sociedade cada um de nós somos responsáveis pela qualidade de vida do outro, mesmo que esse outro seja diferente de nós (MATOAN, 2003 pág. 98).

Desmistificar esses estereótipos e estigmas a respeito das pessoas com Transtorno Espectro Autista no contexto escolar é um dos desafios deste trabalho, logo o referido local tem se mostrado um espaço que possa ser rico para a interação social, mas que também tem apresentado preconceitos e falta de não saber lidar com essas pessoas, o que causa o impedimento de muitos acreditarem no potencial e desenvolvimento de todos os seres humanos.

Em relação ao autismo o que se nota é que ainda falta conhecimento sobre o assunto e também despreparação das escolas e professores para receber esses alunos com necessidades especiais, desse modo à criança esta inserida na escola, mas porem não esta sendo incluídas nas atividades.

O processo de incluir as pessoas com deficiência na escola tem um significado revolucionário educacional, esse é um caminho também para que se chegue à inclusão social. É nosso dever traçarmos uma meta cada vez mais firme nos diferentes sistemas e envolver o descortinar de uma escola eficiente, diferente, aberta, comunitária, solidaria e democrática, onde a diversidade nos leva a ultrapassar o limite da integração e alcançar o objetivo de uma sociedade que almeja a igualdade para todos (MATOAN, 2003 pág. 103).

Com a inclusão se abre um leque de possibilidades para o aprimoramento da educação escolar e para o benefício de todos os alunos sejam eles com ou sem deficiência. O ato de incluir não deve ser uma obrigação, mas um modo de pensar.

Muitos dos professores não têm uma preparação para receber esse aluno especial e lidar com as suas limitações e individualidades com o propósito de que, verdadeiramente

todos os alunos sejam incluídos e, de modo simultâneo, analisar o que é “estar” excluída em sua sociedade que se diz “igualitária”, mas porem ainda cheia de preconceitos e discriminações (PACHECO, 2007 pág. 81).

Ao longo da história da humanidade houveram alguns avanços no que se refere à inclusão escolar de crianças e adolescentes, foram criadas varias Leis, portarias, publicações e declarações para assegurarem o direito dessas crianças e adolescentes de terem uma educação inclusiva. Vendo como possibilidade de inserirem no meio social todas as pessoas, sendo elas com necessidades educacionais especiais ou não (SEC. DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2002. Pág. 19).

A inclusão da criança com deficiência na escola não acontece de uma hora para outra é uma conquista que deve ser feito com muito estudo, trabalho e dedicação de todas as pessoas envolvidas no processo: a criança com deficiência, a criança sem deficiência, a família, os professores e a comunidade escolar. Todos têm que trabalhar juntos para que isso aconteça (MINETTO, 2008 pág. 35).

A escola tem um papel fundamental em atuar como facilitadora da comunicação e da divulgação sobre a deficiência, tendo em vista em incentivar a inclusão social, visando à melhoria de qualidade de vida e o exercício da cidadania das pessoas com deficiência (STAINBACK, 2008 pág. 338).

Antes não existia inclusão e sim integração, onde as pessoas com deficiência eram inseridas na Escola regular, as crianças frequentavam a escola, mas não participava desta. Existia dentro das escolas uma sala especifica onde essas crianças ficavam. Nesse movimento de integração as crianças eram que teria que se adaptar a escola e a sociedade, a escola tinha o papel de tornar esse aluno “especial” apto a viver em uma sociedade homogênea (FACON, 2008 pág. 119).

A inclusão ainda é algo novo, e na maioria das vezes, seu sentido tem sido distorcido e debatido pelos mais diferentes segmentos educacionais e sociais. Entretanto, incluir as crianças com qualquer tipo de déficits, sejam eles permanentes ou temporários, grave ou leve no ensino regular nada mais é do que assegurar o direito de todos a educação e isto estabelecido pela constituição (FACON, 2008 pág. 119).

Assim, o referido trabalho desmistifica os estereótipos e estigmas a respeito das pessoas com Transtorno Espectro Autista no contexto escolar, logo que este local tem se mostrado um espaço rico para a interação social, mas que também apresenta preconceitos e algumas limitações na lida com essas indivíduos, o que causa o impedimento de muitos acreditarem no potencial e desenvolvimento possível para esse publico. Nesse sentido, considerando a importância desse tema, o presente estudo tem por objetivo investigar quais os desafios da inclusão escolar para crianças autistas entendendo a importância da interação no processo de aprendizagem e a relevância do psicólogo terapeuta cognitivo comportamental nesse contexto.

## 2 METODOLOGIA

As pesquisas podem ser classificadas segundo vários critérios, neste estudo adotei o modelo de pesquisa exploratória que tem como objetivo aprimorar e expandir o campo das ideias, o que me possibilita considerar variados aspectos referentes ao fato em estudo. (GIL, 2002). Com isso, quero fazer uma construção dos fatos que possibilite avaliar os aspectos relativos à inclusão de crianças autistas no contexto escolar e a relevância do psicólogo cognitivo comportamental nesse processo.

Trata-se de um estudo qualitativo, onde utilizei como instrumento de pesquisa a coleta de dados, que me permitiu conseguir um número significativo de informações que foram fundamentais para o resultado da pesquisa (MINAYO, 2001). Corresponde aos desafios da inserção de crianças autistas no contexto escolar atual, ultrapassando as barreiras do preconceito e da estigmatização ainda existente. Para que esse processo se torne possível e tranquilo, é de fundamental importância a presença de um psicólogo na contribuição do acesso, ampliando a rede e fortalecendo os vínculos.

A fundamentação desse estudo se deu exclusivamente através de pesquisas bibliográficas, visto que, foram coletadas informações com base em material já elaborado, constituído principalmente de artigos científicos (GIL, 2002). Possibilitando uma identificação de tendências, recorrências e lacunas no campo do conhecimento a partir da literatura existente.

As fontes utilizadas para esta pesquisa foram, SciELO - Scientific Electronic Library Online e PePSIC - Periódicos Eletrônicos em Psicologia. Como critério de seleção, buscaram-se publicações de artigos, avaliados em meio acadêmico no período de 2009 a 2019. Foram pesquisadas publicações nacionais e internacionais que estão relacionadas a esta área de estudo, através da leitura de artigos sobre o tema. Usei como critérios de inclusão artigos publicados nos últimos dez anos e que representasse relevância para o estudo, e como critério de exclusão artigos que falavam de especificações da doença que não forneciam conteúdo metodológico que contribuísse com o estudo e os que não falavam da importância do psicólogo frente ao tema. Logo após a leitura dos artigos, organizei-os por assunto que fosse de interesse para a pesquisa: significado do transtorno espectro autista; estigma da doença; perspectiva de inclusão na escola; importância do psicólogo no processo de orientação.

Tal sistematização contribuiu para redação do trabalho, após a leitura exaustiva de cada artigo, foi possível definir duas categorias para estruturar a discursão dos resultados, como segue:

- Compreensão do transtorno espectro autista e suas formações históricas;
- As contribuições do psicólogo na inclusão de crianças autista no contexto escolar na perspectiva da terapia cognitiva comportamental.

### 3 DISCURSSÃO DOS RESULTADOS

Desde a antiguidade os deficientes, sejam eles, físico ou mental, foram muito indesejados e excluídos. Todos na sociedade não tinham nenhum tipo de respeito por essas pessoas que não a consideravam “normais”. A exclusão dessas pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência vem desde a era cristã, em Roma existia uma lei que todas as crianças que nascessem com alguma deficiência teriam que ser sacrificadas. “Para os romanos que viviam nesta época, o progresso relacionado à saúde consistia em retirar a vida das pessoas com alguma deficiência para que estas não se misturassem com aquelas que nasciam saudáveis” (REIS, 2010 pág. 32).

“Já na Grécia antiga, exatamente em Esparta as crianças que nascessem com alguma deficiência as famílias eram obrigadas a abandonarem em montanhas, e em Roma essas crianças seriam jogadas em rios”, segundo Correia (1977). Em Atenas os deficientes eram amparados e protegidos pela sociedade isso por conta da influencia de Aristóteles.

Para os religiosos na Idade Média as pessoas que nasciam deficientes tinham sido frutos de relacionamentos demoníacos e que esse fruto era um castigo de Deus merecido aos pais. Essas pessoas começaram a ser amparadas por entidades religiosas, ficavam abrigados em asilos onde as paredes eram bem altas e isoladas, com isso eles tinham como esconder a sua deficiência ou algo que as incomodava (REIS, 2010 pág. 38).

Por volta do século XVII às entidades começaram a realizar trabalhos em prol das pessoas com deficiência podemos citar algumas como São Vicente de Paulo e Irmãs de caridade (ZAUTISTA, 1977 PÁG. 16).

No período do iluminismo o ilustre Jean Jacques Rosseau (1712-1778) viabilizou uma maneira diferente e transformadora de pensar na educação. Desde então os estudos científicos tiveram um grande crescimento nos serviços prestados as pessoas com necessidades especiais. Com o crescimento desses estudos na Europa originou-se estudos nos Estados Unidos, Canadá e chegando ao Brasil na época do império (ZAUTISTA, 1977 PÁG. 19).

No início do século XX iniciou-se algumas melhorias no tratamento que era oferecido aos deficientes. Com as guerras e algumas lutas, muitos militares e soldados voltavam inválidos e precisando de tratamentos especiais. “Deu-se então, maior empenho ao tratamento

também das crianças com o desenvolvimento de especialidades e programas de reabilitação específicos” segundo Barbosa (2013 pág. 28).

Um dos aspectos que marcou o século XX foi à direção pedagógica do atendimento educacional das pessoas com deficiência, embora a prioridade da vertente médico - pedagógica fosse o atendimento médico, essa vertente foi fundamental para a questão pedagógica (FONSECA, 1977 pág. 28).

Em meados do século XX o tratamento modificou-se em relação aos deficientes e a educação especial passou por algumas crises e mudanças. Entre esse contexto histórico que se intensifica o processo de exclusão e o termo “excepcional” passa a ser usado. “Portanto, a história da humanidade, nas diferentes culturas ocidentais, nos transporta ao resgate de diferentes formas de se entender a deficiência e, portanto, seus paradigmas de atendimento”, esclarece Fumegalli (2012 pág. 24).

No final da década de 80 surgiu o movimento de inclusão que através da escola desafiou qual quer situação de exclusão que surgisse, apresentando suporte ao princípio de igualdade de oportunidades nos sistemas sociais, inserindo a instituição escolar. Esse movimento mundial surgiu para que fosse garantindo os direitos das crianças com deficiência de frequentarem a escola regular e a importância da diversidade, de modo que as diferenças sejam incluídas no regulamento da instituição e que a construção de aprendizagem independente de como ela acontecesse fosse consideradas com contexto escolar (MAZZOTA, 186 pág. 68).

Muitos autores julgavam as pessoas com deficiência como seres incapazes de se desenvolverem, com o passar do tempo esses autores começaram a observar as pessoas com deficiência e modificaram seus pensamentos em relação á essas pessoas. Feitas varias observações tiraram a conclusão de que a intervenção social é de grande importância para o progresso das pessoas com necessidades especiais. Com base nessas observações feitas às instituições e locais que desenvolviam projetos para a inclusão social começaram a se expandir (REIS, 2010 pág. 41).

Os avanços na área da medicina contribuíram muito para o desenvolvimento da educação especial, com a compreensão das deficiências examinadas de modo individual e também na área da pedagogia por meio de projetos e técnicas que foram usados para ampliar a escolarização das pessoas com deficiências (MAZZOTA, 2011 pág. 33).

Anteriormente o autismo se encontrava classificado no DSM-IV onde, eram classificadas as doenças: Transtorno autista, Síndrome de Asperger, Transtorno desintegrativo da infância, Transtorno invasivo do desenvolvimento e síndrome de Rett. Com as mudanças que aconteceram o Autismo passou a ser DSM-V todas essas síndromes passam a pertencer ao mesmo grupo e classificadas com espectro autista (TEA) e classificadas em graus como: Leve onde a criança apresenta níveis menores de dificuldades, Moderado nesse a criança apresenta inclusive dificuldades de iniciar uma interação social e o Severo a criança apresenta graves dificuldades na comunicação verbal, tem grande dificuldade em seguir rotina, tem comportamento restrito e repetitivo que mexe em varias situações do seu dia a dia, apresenta também comportamento inflexível, tem extrema facilidade para se irritar e apresenta dificuldade pra mudar o foco que uma atividade que esteja fazendo (DSM. 5º Edição, 2013 pág. 33 a 36).

Ainda são muitas as dificuldades encontradas na área da Educação Especial das crianças com Espectro autista (TEA), embora haja uma lei em vigor, é perceptível a ausência de informações nesta área. Desta forma, se nota certa tensão entre os profissionais, tanto da educação quanto da saúde, com isso se tem ainda mais dificuldades para se fazer uma educação inclusiva com eficácia.

Incluir a criança com autismo vai além de colocá-la em uma escola regular, em uma sala regular, é preciso proporcionar a essa criança aprendizagens significativas, investindo em suas potencialidades, constituindo, assim, o sujeito como um ser que aprende, pensa, sente, participa, com toda sua singularidade, cita Chiot (2013, pág. 21).

Muitas das escolas se dizem inclusivas, porém a realidade é outra, a inclusão escolar vai muito além da matrícula, a escola precisa estar preparada e instruída para receber essa criança com autismo não basta só colocá-la em sala de aula com as outras crianças “normais”, é preciso incluí-la em todas as atividades, é necessária também como já foi falado de professores capacitados para receber a criança com TEA e desempenhar seu papel de maneira correta elaborando atividades nas quais a criança autista relacione-se com as demais, é fazer com que a mesma participe das atividades e consiga desenvolver uma aprendizagem.

Silva (2009, pág. 28) aponta a necessidade de orientação aos professores, pois é a falta de conhecimento a respeito dos tratamentos autísticos que os impede de identificar corretamente as necessidades de seus alunos com autismo. Na medida em que o sujeito é visto somente sob o ângulo de suas limitações, a crença na sua educabilidade e possibilidades de desenvolvimento estará associada à impossibilidade de permanência deste sujeito em espaços comum.

É bem mais prático para um professor uma aula tradicional, pois todo conteúdo está no livro didático e especificado de como ele irá fazer, o que o aluno vai aprender, qual atividade vai realizar. Com a inclusão em sala de aula, o professor precisará trabalhar diferentes habilidades e realizar uma atividade em que todos os alunos participem inclusive a criança com TEA ou qualquer outra deficiência, é um pouco trabalhoso, mas se faz necessário que o professor saia da sua zona de conforto, para começar a fazer o diferencial. Vale ressaltar que não devemos só jogar a responsabilidade em cima do professor, pois existe uma série de situações que os coloca nessa posição, uma das primordiais é a falta de formação para a educação inclusiva, se faz necessário, para que haja mais investimentos nesta área.

Para Brande e Zanfelicce (2012), receber alunos com deficiência, especialmente com transtornos globais do desenvolvimento, constitui um desafio com o qual as escolas se defrontam cotidianamente, pois pressupõe a utilização de adequações ambientais, curriculares e metodológicas.

É suma importância que as escolas identifiquem as diferentes necessidades das crianças, e responder a elas, assegurando uma educação de qualidade, proporcionando uma aprendizagem por meio de currículo apropriado, buscando sempre estratégias de ensino e uso de recursos para um ensino de qualidade.

Para Farias, Maranhão e Cunha (2008) a inclusão de pessoas com deficiências ou necessidades educacionais especiais é, atualmente, um assunto debatido de forma ampla nos cenários social e educacional, nos quais surgem mecanismos para regulamentação do processo de inclusão que assegurem a igualdade de direitos de tais indivíduos.

Um grande exemplo que temos hoje é a elaboração de documentos que defendem e asseguram a questão da educação inclusiva, uns dos que se destacam está a declaração de Salamanca e, em seguida a convenção sobre os Direitos das pessoas com Deficiência.

“A declaração de Salamanca reconhece a educação especial como forma de equalização de oportunidades e de inclusão de pessoas com deficiência” (Assis, Pozzoli, p.311).

Fossi (2010 pág. 54) defende a ideia de que todos os alunos devem aprender juntos, apontando, todavia, para a escolarização de crianças em escolas especiais, mas somente nos casos em que a educação regular não consiga satisfazer as necessidades educacionais ou sociais do aluno.

Para que a escola se torne uma escola inclusiva, a mesma deve fazer a criação de propostas pedagógicas e educacionais, ser uma escola flexível, fazer adaptações em seu currículo, modificar o ambiente físico de acordo com as necessidades dos alunos e dispondo-se a quebrar a sociedade como um todo.

Para Farias, Maranhão e Cunha (2008 pág. 78) o professor deve influenciar a auto-imagem desse aluno e forma como os demais o vêem, de maneira que gerem benefícios tanto para ele quanto para seu grupo e facilite a todos obter sucesso no processo educacional. A escola inclusiva, portanto deve promover as possibilidades e potencialidades de todo e qualquer indivíduo, especialmente daquele com deficiência.

Quando se refere à inclusão de crianças com Transtorno Espectro autista (TEA), temos a Lei n°. 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da pessoa com autismo. Essa lei foi criada para garantir ao autista o direito à Educação Especial, enquanto modalidade de ensino, consentindo-lhes o direito de estudar em escolas regulares, tanto na Educação Básica como no Ensino Profissionalizante e, se houver a necessidade de ter um acompanhante especializado (no caso um facilitador), caso o autista precise. “Ficam definidas, também, sanções aos gestores que se recusarem matricular esse tipo de aluno, ou qualquer deficiência (Brasil, 2012)”.

Para que aconteça a inclusão de uma criança com Transtorno Espectro Autista (TEA), se faz necessário à sensibilização dos professores, funcionários e principalmente os pais, pois a inclusão de uma criança autista difere um pouco de uma inclusão de uma criança deficiente. No caso da criança autista, é fundamental que essa criança possa frequentar salas de apoio com professores especializados, condição da qual dependerá o êxito sem eu desenvolvimento.

O professor especializado deve saber realizar avaliações, organizar sistemas de trabalho, avaliar problemas de comportamento, definir estratégias e, sobretudo, saber demonstrar, atuando diretamente com a criança, tudo que quer transmitir ao aluno, esteja ele em sala especial ou de ensino regular (Mec, 2004 pág. 95).

Para se fazer o planejamento do atendimento da criança autista, se faz necessário um planejamento bem estruturado e tendo como consideração o desenvolvimento da criança.

“Em crianças pequenas, por exemplo, as prioridades devem ser a fala, a interação social/linguagem e a educação, ferramentas que são consideradas de grande relevância para promoção da inclusão de crianças com autismo, cita Bosa (2006 pág. 24)”.

É de suma importância, conceder as crianças com espectro autista (TEA) de conviver com outras crianças da sua mesma idade, possibilitando a estimulação de suas capacidades interativas, inibindo o isolamento contínuo. Há evidências que com a convivência compartilhada da criança com autismo na escola, com base na sua inclusão no ensino comum, irá fortalecer seu vínculo social e favorecer o seu desenvolvimento, e também os das outras crianças típicas que vão aprender a conviver com as diferenças (MINETTO, 2009 pág. 52

### 3.1 COMPREENSÃO DO TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA E SUAS FORMATAÇÕES HISTÓRICAS.

A humanidade vem durante muito tempo demonstrando uma história de preconceitos e discriminações que, vem provocando, por muitas décadas, movimentos de exclusão em todos os níveis da sociedade.

A exclusão social vem desde os tempos antigos, onde mulheres, estrangeiros, deficientes e demais pessoas que não eram consideradas “normais” perante a sociedade eram todas excluídas, e isso tudo era natural.

A exclusão acontece devido a práticas e valores da cultura que orientam as ações do homem. Isso é o resultado de um processo histórico na construção de valores morais por parte das diferentes culturas. Este movimento do que é ser normal/anormal, vai além e reflete também na educação provocando movimentos no contexto escolar.

Durante seu percurso histórico a escola se caracterizou como uma educação seletiva em que apenas os grupos minoritários tinham direitos. Contudo, acreditamos que a escola pode ter um papel essencial na criação de valores que auxiliam os componentes da sociedade em geral, a traçar sua vida pessoal e coletiva na aceitação e respeito pelas diferenças, provocadoras de exclusão, gerando condições para que na prática cotidiana haja essencialmente mais tolerância, auxiliando assim, os alunos a ter mais consideração pelo outro.

A partir de meados do século XX com a intensificação dos movimentos sociais de luta contra todas as formas de discriminação que impedem o exercício da cidadania das pessoas com deficiência surge a nível mundial o desafio de uma sociedade inclusiva (Inclusão – Revista da Educação Especial, 2010, p.20).

O autismo é distúrbio do neuro desenvolvimento caracterizado pelo comprometimento da interação social, atraso no desenvolvimento da comunicação interpessoal verbal ou não verbal, comportamentos repetitivos e frequentes. Os primeiros sintomas costumam aparecer por volta dos 06 meses de idade, mas podendo ser diagnosticada até os 03 anos de idade, essa síndrome acomete mais crianças do sexo masculino (MELLO, 2001 pág. 16).

A palavra autismo foi usada pela primeira vez em 1908 por Eugen Blluler para relatar um caso de um paciente que sofria de esquizofrenia. Mas adiante em 1943 o psiquiatra Leo Kanner fez um estudo com um grupo de crianças que demonstravam dificuldades para se habituarem a rotinas, sensibilidades a estímulos, sensíveis a barulhos, alergia a alguns alimentos entre outros. Em seguida em 1944 Hans Asperger, fez um estudo parecido com o de Leo Kanner e o grupo de crianças do qual estudou apresentaram características similares com o grupo de crianças que Leo Kanner observou (MELLO, 2001 pág. 15).

Algumas características são muito específicas do espectro, como crianças com autismo são mais sensíveis a barulhos, apresentam problemas gastrointestinais, costumam-se comunicar muito por gestos apontando para objetos que querem, não respondem quando são chamados pelo seu nome, apresentam mais interesses por objetos do que em pessoas, costumam fazer movimentos com os dedos, são retraídos, gostam de ficar isolados ao invés de ter pessoas em sua companhia, falam frases repetidas que ouviram em filmes ou desenhos animados, não tem noção de situações perigosas, algumas apresentam agressividade consigo mesma ou com outras pessoas, pode ser muito imperativo ou passivo (MELLO, 2001 pág. 18).

Nos primeiros meses de vida os pais já começam a observar um olhar “diferente” nessa criança como quando a mãe está amamentando o bebê geralmente essa criança troca olhares com a mãe com a criança autista esse olhar não foca no da mãe tornando-o meio “perdido”, outra característica que se pode notar é que por volta dos 08 meses de vida do bebê uma criança “normal” estranha quando está no colo de pessoas que não são presentes no seu dia a dia com a criança autista isso não acontece, ela fica confortável com qualquer pessoa, as crianças autistas são bastante sensíveis a barulhos, e mais na frente pode-se observar a fala da criança que na maioria das vezes se torna ausente. Essas são algumas características com que os pais já percebem mesmo antes do diagnóstico. A origem do distúrbio ainda não tem uma causa certa mais se supõe que seja genética.

Nem sempre os pais estão preparados para receber esse diagnóstico de autismo, muitas vezes, a notícia chega como um choque pra esses pais causando-o vários sentimentos como frustração, revolta, angustia raiva e negação. Para Glat (2002), por mais harmônica que seja uma família essa crise é inevitável.

Esses pais entram no processo de luto após o diagnóstico da doença. Entretanto cabe aos profissionais de saúde encorajar e dar força a essa família para seguir em frente e procurar uma maneira mais fácil e melhor de lidar com essa criança. É importante que os pais dessa criança com autismo após o diagnóstico procure outros pais de crianças com autismo para tirar dúvidas, trocar experiências, trocar vivências e conversar com esses pais que já tem certa experiência com o autismo.

A família deve também procurar ajuda profissional como psicólogos, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional entre outros. Os pais devem procurar conversar com os profissionais que a criança irá ser acompanhada para facilitar o dia a dia dessa criança, é importante que os pais façam elogios a essa criança a cada superação que acontecer por mais que seja pequena para ela é muito importante e isso mostra que ela é capaz de conseguir muitos progressos, os pais também devem levar a criança para passeios isso faz com que ela tenha convivências com outras pessoas, e importante também que os pais observem se a criança não apresenta nenhum problema gastrointestinal caso apresente é necessário que seja acompanhada com um nutricionista (REVISTA POLEMICA, 2012 pág. 40 a 56).

O diagnóstico do autismo é clínico, acontece por meio de observações objetiva no comportamento dessa criança e de uma entrevista com os pais ou pessoas responsáveis pela mesma. Gikovate (2009) esclarece que não existe um exame específico para detectar o autismo, os exames complementares que são feitos são para investigar a presença de outras doenças que vem acompanhada com o autismo.

Seja qual for o grau de autismo da criança é importante que o diagnóstico seja feito o mais cedo possível para que a equipe multidisciplinar comecem as intervenções e ela seja medicada. Não existe medicação exata para o autismo é feito o uso de algumas medicações para melhorar os sintomas que aparecem como agressão, hiperatividade, melhorar os movimentos repetitivos e compulsividade entre outros.

Segundo ASSUNÇÃO (2000) o tratamento do autismo consiste em intervenções psicoeducacionais, orientação familiar, desenvolvimento da linguagem ou comunicação. A criança irá ser acompanhada por equipe

multidisciplinar formada por psiquiatra, terapeuta ocupacional, psicólogo, fonoaudiólogo.

Crianças que iniciam o tratamento mais cedo têm uma chance melhor de melhorar a interação social com outras pessoas e uma melhora significativa na sua comunicação (MELLO, 2001 pág. 22).

Segundo Mello (2001 pág. 35 a 39), os métodos de intervenções terapêuticas mais usadas em pacientes autistas e que possuem comprovação científica são: o tratamento e educação para crianças autistas e com distúrbios correlatados da comunicação, a análise aplicada do comportamento e o sistema de comunicação através da troca de figuras. Essas técnicas ajudam as crianças autistas em diversos sentidos.

Já no Brasil educação especial surgiu por influência europeia, com o início de instituições voltadas para o atendimento de crianças com deficiência sensorial, física ou intelectual. diz Mendes (2010). Por meio de leis, a educação especial surgiu pela primeira vez, no âmbito nacional da lei 4.024 de 1961, Lei de Diretrizes e Bases na Educação nacional (LDB), do artigo 88 (Brasil 1961) mostra que a educação dos excepcionais (excepcional era o termo usado para as pessoas com deficiência), determinando que a educação dessas pessoas fosse inserida no sistema geral de educação (LEI DE DIRETRIZES E BASES NA EDUCAÇÃO NACIONAL, 1996).

O Artigo 205 da Constituição Federal garante que a educação é direito de todos e dever do estado e da família. Logo após o Artigo 206, determina a igualdade de condições para a entrada e estância na escola. “O atendimento Educacional Especializado, oferecido preferencialmente na rede regular de ensino, também é garantido na Constituição Federal” (Artigo, Inciso III).

Desse modo, a Constituição Federal assegura que todos os alunos com deficiência frequente a sala de aula regular do ensino comum, com base no princípio de igualdade. Com isso, todo aluno independente de qual for sua deficiência tem direito de está matriculado no ensino regular e a escola tem obrigação de matricular a todos, não devendo fazer discriminações.

Na década de 1990 em Jomtien, na Tailândia foi aprovada a Declaração Educação para todos. Esse acontecimento foi um dos mais relevantes documentos oficiais, resultados de negociações internacionais, dos quais o Brasil foi subscritor. O objetivo dessa declaração era assegurar as necessidades básicas de aprendizagens de todas as crianças, jovens e adultos.

Em seu Artigo 3º a declaração diz em relação á educação dos alunos com deficiência:

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiência requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantem a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte do sistema (p.4).

Desse modo, essa declaração certifica o direito de todas as pessoas à educação, permitindo a igualdade de acesso às pessoas com deficiência.

Outro documento de grande relevância para o Brasil foi a Declaração de Salamanca (1994). Em 10 de junho de 1994 representantes de 92 países e 25 organizações internacionais realizaram a Conferência Mundial de Educação, esse encontro foi realizado pelo governo Espanhol juntamente com a UNESCO, tendo como destaque a Educação Integradora, preparando os professores e escolas para acolher as crianças, jovens e adultos com deficiência. Afirma também as escolas regulares com orientação inclusiva são uns dos meios mais competentes para combater práticas discriminatórias e que os alunos com deficiência tenham o direito de ingressarem na escola regular, tendo como principio orientador que “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (Brasil, 2006, p.330).

É importante ressaltar que para que realmente aconteça uma educação para todos é fundamental que haja uma verdadeira mudança dos conceitos perante a sociedade, que aconteça uma transformação de mentalidades que são “cheias” de discriminações e preconceitos, para que realmente aconteça se faz necessário um movimento de inclusão, de respeito, dignidade, integração em beneficio das pessoas com deficiência que só é possível acontecer se a sociedade começar a ter um olhar diferente sem preconceito com as pessoas deficientes (MINETTO, 2008 pág. 83).

Para o fortalecimento desses avanços é fundamental que a escola conheça as características das crianças autistas e, que busque sempre acomodações necessárias para fazer o acolhimento das mesmas. É importante também que a escola apresente palestras e minicursos para que se tenham mais informações para formação dos mais variados profissionais que irão atuar junto com essas crianças, a escola também pode elaborar programas de incentivo à educação nos variados perfis, deve também produzir atividades físicas regulares, principalmente as que trabalham a socialização. É necessário que a escola demonstre sensibilização com as necessidades de todas as crianças autistas e por ultimo

fazer um plano com a família e sugerir o que pode ser continuado em casa (MINETTO, 2008 pág. 103 a 104).

Alguns profissionais demonstram resistência em atuar com o indivíduo com autismo, seja pela ausência de conhecimento acerca da condição autista em si ou por se defrontarem rotineiramente com a possibilidade de não conseguirem retorno diante de uma intervenção pedagógica com tal aluno, afirmam Fortes e Bridi Filho (2006 pág. 48).

Apesar de existirem leis que garantem os direitos das crianças com autismo ao acesso à educação, o que ainda se nota é que ainda são muitos os obstáculos no campo da inclusão educacional, tanto no ensino regular como na classe especial. Muitas das salas de aulas que recebem esses alunos com TEA são superlotadas o que dificulta o trabalho do professor, muitas vezes falta qualificação dos professores e os demais funcionários da escola e a estrutura arquitetônica contribui também para isso.

Santos (2013, pág. 23) afirma que, no processo de inclusão de um aluno com TEA, é de suma importância atividades de desenvolvimento que trabalhem o pensamento lógico, despertem a autonomia intelectual, o prazer na busca pelo novo. O autor ressalta também que é importante utilizar os recursos como a arte em um ambiente aberto, usando pincéis, cores, telas, chão, paredes, jogos adequados, que contribuam de forma positiva, propiciando a vivência em equipe, a criatividade, concentração e atenção. Ainda acrescenta a inclusão prazerosa, propicia a intervenção do professor e a interação social do aluno, assumindo papel fundamental na prática pedagógica de um professor que trabalha com alunos com TEA.

As pessoas que têm Transtorno Espectro Autista (TEA) apresentam uma desordem no Sistema Nervoso que atinge algumas áreas, as práticas pedagógicas devem ser desenvolvidas, mas sempre com respaldo e respeitando as limitações, mas também deve incentivar a superação. É importante que o professor saiba usar uma boa metodologia, faz importante também que a sala de aula que vai receber essa criança autista seja uma sala que tenha poucos alunos para que o professor possa dar uma assistência melhor tanto para a criança autista como as demais. Vale ressaltar que é indispensável que o professor crie uma rotina em sala de aula já que as pessoas com TEA apresentam certa irritabilidade nas mudanças bruscas de rotina.

As propostas metodológicas de ensino para crianças autistas tendem a variar conforme suas necessidades e transtornos. Cada criança com TEA precisa de atendimento diferenciado

com metodologias apropriadas conforme for suas necessidades. Os autistas não são todos iguais, cada um é único os sintomas que eles sentem podem até ser o mesmo, mas nunca uma criança vai ser igual à outra. O professor deve respeitar as limitações dessa criança autista, mas também deve apresentá-la atividades que a incentive, assim promovendo seus estímulos e possivelmente sua superação (SANTOS et al., 2010).

Assim, diante do assunto abordado podemos ver que a inclusão de crianças com Transtorno Espectro Autista no contexto escolar ainda é algo que apresenta diversas dificuldades tornando-o um pouco difícil. É um trabalho que tem que ser trabalhado em conjunto, começando dos pais é importante que a família busque a inclusão dessa criança para que ela possa ter contato com as demais crianças e assim melhorar a sua interação social, a escola deve trabalhar junto com a família para que essa criança possa melhorar sua convivência em casa, o que se pode ver no decorrer da pesquisa é que ainda falta investimento para a qualificação dos professores para atuarem com as crianças autistas, falta também uma estrutura adequada por parte das escolas para receber esses alunos, pois a escola deve se adequar as necessidades do aluno e não o aluno se adequar a escola. Para o progresso dessa criança autista na escola se faz metodologias adequadas de acordo com a necessidade do aluno com TEA, é preciso também pensar em métodos que der autonomia e desenvolvimento a criança autista, sendo que é garantido por Lei o direito a uma educação inclusiva e de qualidade promovendo assim o aprendizado toda à vida da criança com Transtorno Espectro autista.

Paulo freire cita que “a inclusão não é uma utopia, mas uma oportunidade a ser realizada, desde que todos nós iniciemos uma luta contra nossos preconceitos e formas mais mascaradas de exclusão”. (PAULO FREIRE, 1993 pág. 10).

### 3.2 AS CONTRIBUIÇÕES DO PSICÓLOGO NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTA NO CONTEXTO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA TERAPIA COGNITIVA COMPORTAMENTAL.

Nos últimos dez anos a terapia mais indicada e que tem mostrado evidências científicas e resultados na prática para tratar criança com transtorno Espectro Autista (TEA), é a terapia cognitivo-comportamental.

A terapia cognitivo-comportamental é uma forma de psicoterapia que foi cientificamente testada e vista como efetiva em mais de 300 pesquisas clínicas para diversos tipos de transtornos. É uma terapia voltada para a resolução de problemas do paciente geralmente é breve e tem eficácia científica e experimental, segundo Sampaio (2008 pág. 72).

A terapia cognitivo-comportamental constitui técnicas e conceitos que vem de duas principais abordagens, a cognitiva e a comportamental, essas terapias apresentam variadas aplicações no tratamento de diversos transtornos (INSTITUTO DE TERAPIA COGNITIVA, 2015 pág. 85).

Os primeiros pioneiros na abordagem comportamental foram Pavlov, Watson, Skinner presumiam que era de fundamental importância que os psicólogos estudassem somente o comportamento observável e mensurável, para modificar comportamentos, ao longo do processo terapêutico. Assim Skinner inseriu o esquema de reforço em seu repertório, ele ofertava recompensas a seus experimentos por se comportarem de maneira adequada. (BORBA, 2005 pág. 32).

Diante disso, a terapia comportamental tem seu foco em manipulação de comportamentos e variáveis das pessoas, na convicção de que todo comportamento, tanto os adequados quanto os inadequados são aprendidos. Assim, um transtorno passa a ser compreendido, como um conjunto de comportamentos que são observados por meio do histórico, circunstância e situações presentes. (BORBA, 2005 pág. 35).

Para Serra (2008, p.11), a terapia cognitiva reflete um sistema integrado, combinado a um modelo de personalidade, e de psicopatologia a um modelo aplicado, que reúne princípios, técnicas e estratégias terapêuticas. Reflete um método diretivo e semiestruturado, direcionado a resoluções de problemas.

A terapia cognitiva comportamental é colaborativa, é um processo em que os dois tanto terapeuta como paciente, tem um papel ativo. Envolve relação autêntica e verdadeira entre terapeuta e paciente, fundamentada na afinidade terapêutica, é bem focal, requer uma definição real e específica dos problemas do paciente e das metas terapêuticas. Tem como objetivo atribuir ao paciente um novo instrumento cognitivo e comportamental, por meio da prática regular (INSTITUTO DE TERAPIA COGNITIVA, 2015 pág. 63).

Para Silveiras (2000, pág. 15), a terapia comportamental entende que o paciente é único, e seus problemas são produto de uma história particular.

Isso humaniza o processo de terapia, pois se busca entender cada paciente e sua história, antes de propor qualquer intervenção.

O terapeuta cognitivo-comportamental deve procurar sempre estar atento no processo terapêutico; observar todos os comportamentos que são manifestados pela criança, é necessário que se faça também uma análise funcional (antes, durante e depois) dos comportamentos adequados e inadequados, para saber o que mantém cada um destes comportamentos. É de grande importância estabelecer um plano de ação que seja eficaz para mudar o repertório comportamental.

Segundo Baer referido por Guilhardi (2001, p.73) fala que: crianças com autismo precisam de habilidades de linguagem, habilidades sociais, habilidades de resolver problemas, habilidades de auto-cuidado. Elas precisam estar livres da auto-agressão, e auto estimulação.

Os importantes elementos do terapeuta comportamental são a análise funcional, sistemas de reforço, condicionamento, modelagem e o levantamento criterioso das variáveis que estejam relacionados aos comportamentos desejáveis e indesejáveis do paciente, com base nesses elementos, é possível apresentar uma técnica eficiente no alcance do bem-estar, para que se possa inserir e melhorar a frequência de comportamentos desajustados (INSTITUTO DE TERAPIA COGNITIVA, 2015 pág. 87).

Deste modo, a abordagem cognitiva enfatiza o trabalho terapêutico diante dos fatores cognitivos que estão na etiologia de determinado transtorno, ao mesmo tempo em que a abordagem comportamental proporciona um atendimento dos fatores que os mantém. O que permite meios de alterar comportamentos inadequados (INSTITUTO DE TERAPIA COGNITIVA, 2015 pág. 94).

O terapeuta vai analisar o histórico familiar e social, o ambiente em que a criança autista está inserida, e analisar principalmente seu desenvolvimento cognitivo. O terapeuta vai avaliar a frequência em que ocorre o comportamento, e aplicar metas e regras a ser cumpridas, definir as técnicas para serem aplicadas, e analisar se o processo e as intervenções apresentam resultados positivos. É de grande importância essa avaliação, pois se a criança não atingir as evoluções esperadas, o terapeuta irá reavaliar o plano de intervenção, pois o mesmo apresentou falhas para a demanda desta criança autista (INSTITUTO DE TERAPIA COGNITIVA, 2015 pág. 90).

As avaliações mais comuns são: a classificação internacional de doenças da organização mundial de saúde (CID-10), e o manual de diagnóstico e estatística de doenças mentais (DSM-V).

A terapia cognitivo-comportamental promove meios para que, a criança e os pais no decorrer do processo terapêutico, possam usufruí-los em seu próprio benefício. Segundo Sampaio (2005) “Na TCC utilizam-se técnicas para manter os resultados obtidos na terapia, além de aplica-las em novos problemas futuros que podem surgir”.

Na perspectiva cognitiva comportamental, através de um manejo comportamental devidamente elaborado, é possível obter resultados positivos e de melhora do quadro autístico. Os princípios da TCC utilizados são a aprendizagem, reforço e modelação comportamental.

Guilhardi (2001 pág. 38) relata que, alguns comportamentos dos autistas podem ser mantidos por consequências, como atenção excessiva dos pais ou cuidador que faz parte do cotidiano da criança. A criança, por meios de ganhos secundários, sente certo tipo de prazer quando emite aquele determinado comportamento, ou ainda, porque a emissão de um comportamento como autoagressão, pode servir para a retirada de uma situação que a criança não quer estar, como fazer uma tarefa escolar.

O psicoterapeuta deve apresentar o plano de intervenção, baseado no que foi mapeado dentro das dificuldades apresentadas. As tríades de dificuldades nos pacientes autistas são caracterizadas por alguns aspectos como: a dificuldade de comunicação, dificuldade de sociabilização que se constitui como um dos aspectos mais relevante e dificuldade de usar a imaginação que é caracterizado pela rigidez e inflexibilidade das várias áreas do pensamento, linguagem e comportamento. Nota-se essa dificuldade nos comportamentos obsessivos, falta de aceitação nas mudanças de rotina, dificuldades nos processos criativos e na forma de brincar não demonstra criatividade dentre vários outros, esse é o que pode gerar mais falsas interpretações e dificuldade de usar a imaginação (pensamento e comportamento) (INSTITUTO DE TERAPIA COGNITIVA, 2015 pág. 95).

É de suma importância considerar esses fatores, para que se possam exercer as técnicas educativas bem estruturadas, onde devem ser estabelecidas as metas a atingir em cada uma dessas áreas, de acordo com o repertório da criança. As técnicas da Terapia cognitivo-Comportamental têm como objetivo, proporcionar um desenvolvimento adequado e conciliável com as potencialidades e a faixa etária do paciente, finalidade, independência para

que possa permitir que essa criança possa ter uma maior autonomia e interação com o meio. Com isso é estabelecido um plano terapêutico individual, onde é estabelecida uma agenda diária com uma programação para a criança autista.

Para que haja um resultado satisfatório é importante o uso da psicoterapia e de técnicas terapêuticas. Vale ressaltar que antes de aplicar uma determinada técnica é importante usar o PORTAGE; escala de desenvolvimento que permite a avaliação nas áreas de linguagem, cognição, cuidados próprios, sociabilização e coordenação motora; fornecendo a idade de desenvolvimento em cada uma dessas áreas e uma idade de desenvolvimento geral (INSTITUTO DE TERAPIA COGNITIVA, 2015 pág. 105).

A educação vista dessa forma tem como meta ensinar tanto matérias acadêmicas quanto coisas que outras crianças costumam aprender através da própria experiência, como comer e vestir-se de forma independente (MELLO, 2008 pág. 63).

## 4 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como propósito investigar a importância da inserção da criança autista no contexto escolar atualmente, entendendo suas características, para assim, poder relacionar a contribuição do psicólogo com as possibilidades de intervenção através da terapia cognitiva comportamental.

Foi possível perceber que é de imprescindível relevância que se tenha uma reflexão a respeito do autismo, para que se possa atuar nesta área de forma categórica e com responsabilidade. Faz-se necessário a criação e implantação de políticas públicas que assegurem o acesso, a permanência e o aprendizado não só das crianças autistas, mas de todo mundo, respeitando, as particularidades e características de cada um.

Assim, fica claro que a escola tem um papel fundamental no processo de inclusão das crianças autistas. Espera-se que a escola tenha atitude decisiva, no sentido de criar um ambiente inclusivo, que as crianças autistas possam ter de fato uma inclusão escolar “verdadeiramente” que essa inclusão não seja apenas só na matrícula desse aluno, que a escola seja capaz de desenvolver atividades nas quais os autistas possam interagir com as outras crianças. É substancial que a escola no modo geral esteja preparada para receber e acolher as crianças com autismo, assim elas possam conviver de forma natural com os demais no âmbito escolar.

A discussão trouxe a reflexão a cerca da importância de ensinarmos as crianças a aprender a respeitar e conviver com as diferenças, dessa forma podemos de algum modo contribuir para redução dos preconceitos de uma sociedade ainda cheia de estigma e discriminações.

Por fim, é importante ressaltar que para seguir um projeto que possibilite uma educação para todos ainda é algo que precisa ser vivido plenamente, tendo como objetivo uma expressão de cidadania. Assim, acreditamos que a escola que se mostra inclusiva tem que levar em consideração as interações em grupo e a troca de experiências, disposta a ser uma escola acolhedora da pluralidade e diversidade. A escola também deve propor atividades que incentive as crianças autistas e que promova seus estímulos.

Também destaco a importância do surgimento de novas pesquisas que sejam desenvolvidas com essa temática.

## REFERÊNCIAS

- APA, American psychiatric Association: Diagnostic and statical manual of mental disorders. 4.ed. Washington, DC: APA, 200.
- ASSIS, O. Q.; POZOLLI, L. **Pessoa portadora de deficiência: direitos e garantias**. 2. Ed. São Paulo: Damásio de Jesus, 2005.
- ASSUMPÇÃO, C.; CARVALHO, M.; MORAIS, A.; ORSATI. **Incluindo o aluno com autismo na classe regular: uma experiência bem sucedida com método da comunicação facilitada**. Revista Brasileira de Tradução visual. Disponível em: < [www.Scielo.com.br](http://www.Scielo.com.br) > Acesso em: 10 de Nov. 2017.
- BOSA, Cleonice Alves. Autismo: intervenções psicoeducacionais. **Revista Brasileira de psiquiatria**. 2006; 28(Supl I): S47-53. Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre (RS), 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/v28s1/a07v28s1.pdf> > Acesso: 15 nov. 2017.
- BRANDE, C. A.; ZANFELICE, C. C. A inclusão escolar de um aluno com autismo: diferentes tempos de escuta, intervenção e aprendizagens. **Revista de Educação Especial**. Santa Maria, v. 25, n. 42, p. 43-56, jan./abr. 2012.
- BRASIL. **A Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e praticas na Area das necessidades Educativas Especiais**. 1994.
- BRASIL. **Constituição da república Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas. 1988.
- BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Brasília, 2007. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) > Acesso em: 13 de Nov. 2017.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm) > Acesso em: 13 nov. 2017.
- BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília: 2012.
- BRASIL. Ministério da educação e Cultura. **Portaria CENESP/MEC**, Brasília, n. 69, 1986.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. 2. Ed. Brasília: MEC; SEESP, maio 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: SEESP, 2007.
- CHIOTE, F. A. B. **Inclusão da criança com autismo na educação infantil: Trabalhando a mediação pedagógica**. Rio de Janeiro: Wak, 2013.
- FARIAS, I. M; MARANHÃO, R. V. A.; CUNHA, A. C. B. Análise do padrão de medicação do professor no processo de inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 14, n.3, p. 365-384, dez. 2008.

FOSSI, G. C. G. **Necessidades educativas especiais e a inclusão escolar**. Monografia (especialização em prática interdisciplinar: Educação Infantil, séries Iniciais e a inclusão da Educação Especial) – Faculdade Capivari, Capivari de Baixo, 2010.

FUMEGALLI, R. C. A. **Inclusão escolar: O desafio de uma educação para todos?**

GIKOVATE, Carla Gruber. **Autismo: compreendendo para melhor incluir**. Rio de Janeiro: 2009.

Gil, Antônio Carlos, 1946. **Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil**. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002. Disponível em: <file:///G:/tcc%20novo/como\_elaborar\_projeto\_de\_pesquisa\_-\_antonio\_carlos\_gil.pdf>.

GLAT, R. e DUQUE, M. A. **convivendo com filhos especiais: o olhar paterno**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2002.

GUILHARDI, H. J. **Sobre comportamentos e cognição: expondo a variabilidade**. Santo André: Esetec, v. 9, 2001.

MELLO, A. M. **Autismo: guia prático**. 2 ed. Brasília: CORDE, 2001.

MENDES, E. G. **Perspectivas para construção da escola inclusiva no Brasil**. In: PALHARES, M. S.; MARINS, E. S. C. F (org.). **Escola Inclusiva**. Sao Carlos: EduFSCar, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: **Vozes**, 2001. Disponível em: <[http://www.faed.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/1428/minayo\\_\\_2001.pdf](http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf)>.

Monografia apresentada no curso de Pós-Graduação Lato Sebsu em Educação Especial: Deficiência Mental e Transtornos e Dificuldades de aprendizagem. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2012.

Política nacional de educação na perspectiva da educação inclusiva. Documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela portaria ministerial nº 55 de 05 de julho de 2007. In: **Inclusão: Revista da Educação Especial**. Secretaria de Educação/ MEC. Brasília, v. 4, n.1, p. 07-17, jan./jun. 2008.

REIS, L. DOS. **Educação Inclusiva: Uma Reflexão**. Monografia Licenciatura em Pedagogia, da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, 2010.

SAMPAIO, A. S. **Hiperatividade e terapia cognitivo-comportamental: uma revisão de literatura**. Disponível em: < <http://www.neuropediatria.org.br> > Acesso em 10. Ago. 2008.

SERRA, A. M. **Fundamentos da terapia cognitiva**. Ciência e vida psique. São Paulo: editora Escala, ano 1, n. 3, 2008. P.10-12.

SILVARES. E. F. M. **Estudos de caso em psicologia clinica comportamental infantil**. Campinas: Papirus, 2000.

UNESCO. **Declaração mundial sobre Educação para todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomitem: 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/imagens/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2017.